

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

TERMO ADITIVO Nº 01 AO CONTRATO N. 33/2024/TRE-RO.

TERMO ADITIVO N. 01 AO CONTRATO N. 33/2024/TRE-RO

PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO N. 0001376-56.2023.6.22.8000

PREGÃO ELETRÔNICO TRE-RO N. 90025/2024 - LEI №. 14.133/2021 - SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA.

> PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM A UNIÃO, POR MEIO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA E A EMPRESA PULSAR BRASIL TELECOMUNICAÇÕES S.A, PARA CONTRATAÇÃO DE SOLUÇÃO DE ACESSO À INTERNET EVENTUAL.

A UNIÃO, por meio do TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA, inscrito no CNPJ sob o n. 04.565.735/0001-13, com sede na Avenida Presidente Dutra, 1889, Bairro Baixa União, CEP: 76.805-901, Município de Porto Velho, Estado de Rondônia, neste ato representado por sua Diretora Geral, senhora LIA MARIA ARAÚJO LOPES, brasileira, nomeada pela Portaria n. 01, de 03 de janeiro de 2018, publicada no DOU de 8 de janeiro de 2018, portadora da matrícula funcional n. 260468, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE e, de outro, a empresa PULSAR BRASIL TELECOMUNICAÇÕES S.A, CNPJ 14.560.935/0001-37, com sede na Avenida Getúlio Vargas, n. 447 - 1º Andar, bairro Funcionários, CEP: 30.112-020, na cidade de Belo Horizonte/MG, Telefone(s): (31) 99708-5646, E-mail(s): glc@pulsar.it.com, representada neste ato por seu Diretor, senhor RAFAEL TEIXEIRA ALVARENGA, brasileiro, em conformidade com a Lei n. 13.709/2018 - LGPD e documentos apresentados, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, em conformidade com a Autorização constante no Despacho n. 1156/2025(evento 1430335), de 29/10/2025, celebram, mediante acordo entre as partes, o presente Termo Aditivo, ficando estabelecidas as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO (Artigo 92, I, da Lei 14.133/21)

- 1.1. O presente Termo Aditivo possui os seguintes objetos:
- I Retificar a redação do item 9.1 da Cláusula Nona do Contrato nº. 33/2024/ TRE-RO (evento 1225317), a qual versa sobre reajuste do preço contratado, para constar como data de reajustamento do preço a data-base vinculada ao orçamento estimado, que passa a viger com a seguinte redação:

CLÁUSULA NONA - DO REAJUSTE (Art. 25, §§ 7° e 8° ; art. 92, V, §§ 3° e 4° , e art. 135 da Lei n.14.133/2021)

- 9.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de 1 (um) ano contado da data-base do orçamento estimado na Informação Conclusiva do Valor Estimado da Contratação (ICVEC), constante do evento 1188710, datada de 04/07/2024.
- II Registrar o 1º reajuste sobre o valor do Contrato nº. 33/2024/ TRE-RO (evento 1225317) no percentual de 4,86% (quatro inteiros e oitenta e seis centésimos por cento), decorrente da variação do Índice de Serviços de Telecomunicações -IST - Acumulado, aferido no período de julho de 2024 a julho de 2025, com efeitos financeiros sobre o Contrato mencionado a partir de julho de 2025, considerando a data-base do orçamento estimado na Informação Conclusiva sobre o Valor Estimado da Contratação constante do evento 1188710, datada de 04/07/2024, percentual esse que corresponde ao valor total de R\$ **41.406,00** (valor do 1º reajuste).

QUADRO 1: IST UTLIZADO PARA CÁLCULO DO REAJUSTE					
Reajuste	Mês inicial	Mês final	Variação percentual	Efeito Financeiro	
1º	Jul/2024	Jul/2025	4,86%	Jul/2025	

*Fonte: Site Oficial da ANATEL Valores do Índice de Serviços de Telecomunicações - IST

Fonte: Remessa nº 16/2025 - PRES/DG/STIC/NATCTIC (evento 1412048 do processo respectivo)

III - Incluir o item 11.1.25 na Cláusula Décima Segunda do Contrato nº 33/2024/TRE-RO (evento 1225317), para a inclusão de norma sobre a Política de Integridade nas contratações e a Conduta Ética da Gestão de Contratações do TRE-RO, regulamentada no âmbito deste Tribunal, por meio da Instrução Normativa TRE-RO nº 3, de 11 de setembro de 2024, em cumprimento ao DESPACHO 2941/2024- PRES/DG/SAOFC/GABSAOFC (evento 1262257), que passa a constar a sequinte redação:

[...]

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA (Art. 92, X, XI e XIV, da Lei 14.133/2021)

[...]

- 11.1.25 Observar e cumprir a Instrução Normativa TRE-RO nº 3, de 11 de setembro de 2024, que dispõe sobre a Política de Integridade nas contratações e estabelece a Conduta Ética da Gestão de Contratações do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, em especial as determinações constantes no art. 8º, a saber:
- I que a contratada se abstenha de praticar atos ilícitos, em especial os descritos no art. 5º da Lei n. 12.846/2013, bem como se comprometa a observar os princípios da legalidade, moralidade, probidade, lealdade, confidencialidade, transparência, eficiência e respeito aos valores preconizados no Código de Ética do TRE-RO (Resolução TRE-RO 15/2019);
- II que a contratada e subcontratada, se houver, dê conhecimento aos respectivos empregados que participarão da execução contratual, da Política do Sistema de Integridade e Compliance da Justiça Eleitoral em Rondônia, do Código de Ética dos Servidores do TRE-RO, desta Política de Integridade nas contratações e Conduta Ética da Gestão de Contratações do TRE-RO e das demais normas editadas por este Tribunal sobre o tema, para a sua estrita observância;
- IV a faculdade de a gestora ou o gestor do contrato solicitar à contratada informações complementares para acompanhamento de questões relacionadas à Integridade;
- V que a contratada tem plena ciência que o descumprimento de regras licitatórias ou obrigações contratuais serão objeto de apuração de responsabilidade e de aplicação de penalidades por meio de Processo Administrativo Sancionatório ou Processo Administrativo de Responsabilização, conforme o caso;
- VI que a rescisão contratual ou a denúncia, no caso de a contratada praticar atos lesivos ao tribunal, será precedida do devido Processo Administrativo sancionatório previsto na Lei n. 14.133/2021 ou Processo Administrativo de Responsabilização regulado pela Lei n. 12.846/2013 (anticorrupção);
- VII a proteção da propriedade intelectual, nos casos de desenvolvimento de projetos, produtos, sistemas, entre outros;
- VIII a proteção das informações confidenciais e privilegiadas, conforme disposições em regulamento próprio;
- IX que a forma de comunicação entre os gestores e fiscais de contratos do tribunal e o preposto ou representante legal da contratada deverá ser por escrito, com registro nos respectivos autos de gestão ou fiscalização.
- **1.2.** O detalhamento para o objeto deste instrumento consta no evento 1412048, e nos demais documentos inseridos nos autos do Processo SEI TRE-RO respectivo.
- **1.3.** O histórico desta contratação consta no anexo I deste instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR (Art. 92, V e VI, da Lei 14.133/2021)

2.1. O presente Termo Aditivo é no valor total estimado de R\$ 41.406,00 (quarenta e um mil quatrocentos e seis reais), que corresponde ao valor total do impacto do 1° reajuste registrado na Cláusula Primeira deste instrumento, conforme detalhado a seguir:

	QUADRO 2 - COMPARATIVO DE VALORES CONTRATUAIS E REAJUSTADOS - 1º REAJUSTE - 4,86% (IST)									
					Contratado		Reajuste 2025			
]	tem	Descrição	Unidade de Medida	Quant.	Preço unitário R\$	Preço total (2 anos) R\$	Preço Unitário R\$	Preço mensal R\$	Preço 1º reajuste R\$	Preço total (2 anos) R\$
	3	Terminal satelital móvel	Mensalidade	25	1.420,00	852.000,00	1.489,01	1.725,25	41.406,00	893.406,00

Fonte: Remessa n^{ϱ} 16/2025 - PRES/DG/STIC/NATCTIC (evento 1412048 do processo respectivo)

- **2.1.1.** O valor do impacto deste 1° reajuste é de **R\$ 41.406,00** (quarenta e um mil quatrocentos e seis reais), decorrente do valor atualizado (**R\$ 893.406,00**) menos o valor inicial do contrato (**R\$ 852.000,00**).
- 2.1.2. O valor total estimado atualizado deste contrato após o 1º reajuste é de R\$ 893.406,00 (oitocentos e noventa e três mil quatrocentos e seis reais).
- **2.1.3.** Para fazer jus aos valores pretéritos, a Contratada deverá apresentar fatura complementar separadamente, contendo a diferença entre os valores anteriores e os valores atualizados com o presente reajuste.
- **2.1.4.** As despesas com a execução do presente instrumento correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento da Justiça Eleitoral de Rondônia, mediante **Nota de Empenho 2025NE000150 (Reforço)**, a ser reforçada, caso necessário.
- **2.1.5.** O valor total deste contrato, para fins de eventual cômputo do limite máximo de acréscimos e supressões permitidos legalmente (art. 125 da Lei n. Lei 14.133/2021 e Acórdão TCU 749/2010 –Plenário), é de **R\$ 893.406,00**.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO (Artigo 92, XII e artigo 96 e segs., da Lei 14.133/2021)

3.1. Para assegurar a plena execução deste presente instrumento, nos termos do art. 96 da Lei n. 14.133/2021, a CONTRATADA deverá apresentar à Administração do CONTRATANTE, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados a

partir da assinatura deste instrumento, complementação da GARANTIA, no valor de **R\$ 2.070,30** (dois mil e setenta reais e trinta centavos), correspondente <u>a 5% (cinco por cento) do valor total deste instrumento</u>, com fulcro na Cláusula Décima do Contrato originário e do art. 96, § 1º, da Lei n. 14.133/2021.

CLÁUSULA QUARTA - DO FUNDAMENTO LEGAL (Artigo 92, III, da Lei 14.133/2021)

4.1. O presente Termo Aditivo é celebrado com o fundamento nos arts. 25, §8º, I e 92, § 4º, I, ambos da Lei nº 14.133, de 2021 e na Cláusula Nona do Contrato n. 33/2024/TRE-RO (reajuste); e nos arts. 91 e 104, I c/c 124, todos da Lei nº 14.133, de 2021 e nas Súmulas nº 346 e 473 do Supremo Tribunal Federal (retificação/alteração/inclusão/exclusão de cláusulas).

CLÁUSULA QUINTA - DA RATIFICAÇÃO

5.1. Ficam ratificadas todas as cláusulas e condições estabelecidas no Contrato Originário que não tenham sido alteradas pelos aditivos e apostilas posteriores.

CLÁUSULA SEXTA - DA PUBLICAÇÃO (Artigo 94 da Lei 14.133/21)

6.1. O CONTRATANTE providenciará a divulgação do presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no prazo de 20 (vinte) dias úteis, a contar de sua assinatura, na forma prevista no art. 94, I, da Lei 14.133, de 2021 (Licitação), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012., e sua publicação, no mesmo prazo, no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral de Rondônia.

E assim, por estarem de acordo, ajustados e contratados, após lido e achado conforme, as partes a seguir firmam o Presente Termo Aditivo assinado através do Sistema Eletrônico de Informação - SEI, na presença das testemunhas abaixo.

Porto Velho/RO. Assinado e datado digitalmente.

LIA MARIA ARAÚJO LOPES	RAFAEL TEIXEIRA ALVARENGA
Pelo CONTRATANTE	Pela CONTRATADA
Aldací Souza Mota	Luciano da Silva Santos Braga
Testemunha	Testemunha

ANEXO I DO TERMO ADITIVO N. 01 AO CONTRATO N. 33/2024/TRE-RO

HISTÓRICO DA CONTRATAÇÃO

Valor inicial do Contrato, mais valores e informações dos aditivos/apostilas:

Contrato/Aditivo/Apostila (Objetos, valores, datas de assinatura e de vigência)	contrato e	Percentual de acréscimo/supressão de cada aditivo realizados nesta contratação (Art. 125 da Lei n. 14.133/21)
Contrato 33/2024 (assinado em 27/08/2024) – Volume VI do PA respectivo (evento 1225317), Vigência de 2 anos, a contar de 27/08/2024 até 27/08/2026.	R\$ 134.400,00	-
 Valor total do Contrato 134.400,00 Garantia: R\$ 6.720,00 		
1º Termo Aditivo (assinado/11/2025 - Volume XIII do PA		

*Eventuais divergências nas somas são decorrentes de arredondamento de casas decimais em cálculos envolvendo dízimas periódicas.



Documento assinado eletronicamente por **RAFAEL TEIXEIRA ALVARENGA**, **Usuário Externo**, em 05/11/2025, às 09:07, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral, em 07/11/2025, às 18:30, conforme art. 1° , III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ALDACÍ SOUZA MOTA**, **Técnico Judiciário**, em 10/11/2025, às 09:29, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Luciano da Silva Santos Braga**, **Auxiliar Administrativo(a)**, em 10/11/2025, às 09:38, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao informando o código verificador **1433488** e o código CRC **DAF7955D**.

0001376-56.2023.6.22.8000 1433488v5